

CORPO, MEMÓRIA
E RESISTÊNCIA:
O JORNALISMO
TESTEMUNHAL
SOBRE MULHERES
PRESAS NA
DITADURA

[ARTIGO]

Marta Regina Maia

Universidade Federal de Ouro Preto

Carlos Augusto Pereira dos Santos Júnior

Universidade Federal Fluminense

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo analisa o livro *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela Ditadura*, de Luiza Villaméa, como um exemplo de narrativa jornalística que visa reconfigurar memórias silenciadas da repressão política no Brasil. Partindo da concepção de que o passado persiste como sombra ou espectro (Dosse, 2013), discutimos o papel do jornalismo testemunhal na reconstrução crítica da memória. Buscamos entender como a obra evidencia a dimensão da violência de gênero, bem como a centralidade do corpo como locus que circunscreve o testemunho compartilhado, construções de identidade e as narrativas coletivas pela mediação através do livro. Depreendemos, com alguns operadores de memória, que o corpo das mulheres encarceradas transcende a individualidade, tornando-se um arquivo vivo da brutalidade do regime. Ao articular temporalidades e diferentes formas de narrar, o livro de Villaméa se insere em um debate mais amplo sobre o impacto da ditadura e a importância de sua rememoração histórica.

Palavras-chave: Jornalismo testemunhal. Livro-reportagem. Corpos femininos. Memória. Narrativas da ditadura.

This article analyzes the book *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela Ditadura* by Luiza Villaméa, as an example of a journalistic narrative aimed at reconfiguring silenced memories of political repression in Brazil. Based on the idea that the past persists as a shadow or specter (Dosse, 2013), we discuss the role of testimonial journalism in critically reconstructing historical memory. Our analysis seeks to understand how the work highlights the dimension of gender-based violence, as well as the centrality of the body as a locus where shared testimony, identity constructions, and collective narratives are inscribed through the book's mediation. We conclude, with some memory operators, that the bodies of incarcerated women transcend individuality, becoming living archives of the regime's brutality. By articulating temporalities and different ways of narrating, Villaméa's book is part of a broader debate on the impact of the dictatorship and the importance of its historical remembrance.

Keywords: Testimonial journalism. Report book. Female bodies. Memory. Narratives of the dictatorship.

Este artículo analiza el libro *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela Ditadura*, de Luiza Villaméa, como un ejemplo de narrativa periodística que busca reconfigurar memorias silenciadas de la represión política en Brasil. Partiendo de la concepción de que el pasado persiste como sombra o espectro (Dosse, 2013), se discute el

papel del periodismo testimonial en la reconstrucción crítica de la memoria. Buscamos comprender cómo la obra pone en evidencia la dimensión de la violencia de género y la centralidad del cuerpo como locus que delimita el testimonio compartido, las construcciones de identidad y las narrativas colectivas mediadas por el libro. A partir de ciertos operadores de la memoria, se infiere que el cuerpo de las mujeres encarceladas trasciende la individualidad, convirtiéndose en un archivo vivo de la brutalidad del régimen. Al articular temporalidades y distintas formas de narrar, el libro de Villaméa se inserta en un debate más amplio sobre el impacto de la dictadura y la importancia de su rememoración histórica.

Palabras clave: Periodismo testimonial. Libro-reportaje. Cuerpos femeninos. Memoria. Narrativas de la dictadura.

INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística não comporta mais o estigma do chamado “presentismo”. Em face da intrincada situação contemporânea, em que alguns paradigmas são tensionados, inúmeras práticas jornalísticas rompem com preceitos positivistas arraigados em muitas das produções existentes, ampliando e potencializando, assim, seu raio de ação e suas temporalidades. Essa retomada do passado, mais por seus vestígios do que por situações factuais, encontra no fazer jornalístico um crescente espaço de reverberação. Nesse sentido, a memória, tanto em sua dimensão física — constituída por materiais oficiais e não oficiais, como arquivos familiares, cartas, fotografias, diários — quanto em sua dimensão simbólica, inscrita nos corpos que carregam marcas, silenciamentos e resistências, emerge como eixo central de recomposição narrativa. O jornalismo, ao se abrir para essas múltiplas formas de memória, deixa de operar tão somente como registro factual do presente e passa a atuar como dispositivo de reinscrição de experiências, afetos e corpos no espaço público.

Em especial, quando o passado recente segue inconcluso, visto que o Brasil viveu a Lei da Anistia, em 1979, de maneira conciliatória, sem julgamentos dos crimes cometidos durante a ditadura iniciada em 1964, com duração de 21 anos. Com o passar do tempo, alguns adendos foram sendo implementados, ampliando um pouco mais os direitos de certos setores, mas ainda nessa mesma perspectiva conciliatória. A instalação tardia da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, iniciou um processo de justiça de transição, mas os

consistentes relatórios gerados ao seu final e as recomendações decorrentes, em 2014, não resultaram em medidas concretas. De acordo com Rogério Sottili, diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, após mais de uma década, somente duas das 29 recomendações foram cumpridas, caracterizando a certeza da impunidade como “um legado perigoso: o de que crimes graves contra o Estado Democrático de Direito podem ser ignorados” (Alerta [...], 2024).

Passados mais de 60 anos do Golpe de 1964, o país ainda atravessa uma disputa narrativa em torno da própria memória da história do Brasil e de todas as lutas travadas em defesa da democracia desde o Golpe, visto que alguns setores chegam a afirmar que não houve ditadura. O ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), inclusive, chegou a defender abertamente torturadores durante seu mandato, e o Brasil acompanhou os ataques de 8 de janeiro, em que manifestantes depredaram o Congresso Nacional e o STF, com o objetivo de perpetrar um golpe nos moldes de 1964, de acordo com o relatório da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos do Dia 8 de Janeiro de 2023”, o que reforça a necessidade de revisitar o passado para se pensar o futuro.

A intensa repercussão do filme *Ainda estou aqui* também abriu brechas para a reflexão sobre essa época ditatorial, ao mesmo tempo em que evidenciou o papel da memória jornalística na reconstituição de arquivos, testemunhos e silêncios que atravessam o período. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal resolveu destravar vários processos criminais, como o caso do assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, contra acusados de matar opositores da ditadura — um

movimento que pode implicar na revisão da Lei da Anistia de 1979 e que recoloca no espaço público disputas de memória antes relegadas ao esquecimento.

Se o passado nunca acaba — afinal, permanece como sombra ou espectro (Dosse, 2013) —, cabe ao jornalismo, entre outras áreas que também o fazem, narrar certas histórias que não existiriam no espaço público caso não viessem à tona. Essa retomada é possibilitada pela capacidade crítica de profissionais que recorrem ao testemunho, seja pessoal ou documental, com o objetivo de contribuir para um esforço reflexivo e interpretativo de um passado que marca nosso presente. Nessa perspectiva, trazemos para análise uma dessas iniciativas: o livro *A Torre: O cotidiano de mulheres encarceradas pela Ditadura*, da jornalista Luiza Villaméa, que, além de outros prêmios, foi o vencedor na categoria Livro-reportagem, em 2024, no 46º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Além da questão de gênero, a obra apresenta um espaço geográfico invisibilizado para grande parte da população brasileira.

No centro de São Paulo, estava localizado um presídio, demolido em 1973 para a construção da linha Norte-Sul do Metrô, que abrigou, em sua “Torre”, 132 mulheres entre 1969 e 1973. Esse lugar — literalmente uma construção circular, situada no Presídio Tiradentes — recebeu mulheres que resistiram ao autoritarismo vigente à época. Inclusive, uma delas, Dulce Maia, foi a primeira mulher a ser presa pelo envolvimento na luta armada no Brasil e ficou encarcerada por cinco meses sozinha, em um lugar insalubre. Após algum tempo, muitas outras mulheres, entre 18 e 55 anos

e de diversas origens, foram encaminhadas para esse local, que abrigou inúmeras histórias de dor, de luta, mas também de companheirismo e até mesmo cenas prosaicas, como mostra a investigação realizada pela jornalista.

O livro, composto por cinco capítulos, não apresenta as histórias de maneira linear e cronológica. Ele é construído, especialmente, a partir dos testemunhos das mulheres que passaram pelo presídio, como Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil, e Therezinha Zerbini, uma das articuladoras do movimento pela anistia no país, entre muitas outras mulheres que lutaram pela democracia e liberdade em um período de intensa repressão política.

Esse presídio representava uma das últimas fases das prisões, visto que muitas mulheres já haviam passado por centros de tortura antes de serem encaminhadas para a Torre. Seguiam, portanto, para essa prisão com inúmeros traumas, após sofrerem violências de gênero, e isso repercutia na forma de organização no interior desse lugar, como veremos a partir da análise da obra. Para que possamos refletir sobre o livro, consideramos importante observar como os testemunhos e os corpos dessas mulheres, a jornalista inclusa, indicam mediações de revisitação de um passado que segue nos afetando. Para isso, valemo-nos de um protocolo metodológico que aponta quatro operadores de memória (Neiger; Zandbelg; Meyers, 2014), que são os “sujeitos”, “lugares”, “objetos” e “fenômenos que podem nos ajudar a compreender melhor esse movimento interpretativo da história recente de nosso país.

TESTEMUNHO, TEMPORALIDADES E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM LIVROS

Conforme nos alerta Márcio Seligmann-Silva (2022, p. 31), a ascensão dos testemunhos ocorreu por causa das duas grandes guerras, das lutas de libertação e das instituições de governos autoritários, o que levou ao que ele denomina de “virada testemunhal do saber histórico [que] determina novas modalidades de construção da memória, atravessadas pelos corpos, pela experiência individual e coletiva”. Ainda segundo o autor, esse deslocamento acontece, em especial, com novos postulados e ações que rompem com a perspectiva unificadora que nação e povo buscavam assumir no século XX.

A proliferação de testemunhos evidencia, portanto, a presença dos sujeitos em relação na sociedade. Se antes havia maior centralidade no processo de produção e reverberação das informações e ideias, atualmente o que se observa é um movimento que amplia os suportes comunicacionais anteriormente consagrados, como jornais e revistas, entre outros, e coloca em cena influenciadores, blogueiros e, o que interessa mais de perto neste trabalho, jornalistas que escrevem livros.

É possível, portanto, situar o testemunho jornalístico na perspectiva do que Agamben (2008, p. 150) especifica: “o testemunho sempre é um ato de autor”. Assim, o jornalista ou a jornalista, ao assinar seu nome em um livro, confere a esse produto uma espécie de chancela sobre determinado tema investigado, prescindindo, inclusive, da presença física que a bibliografia clássica assinalava como a testemunha ocular

da história. Afinal, como observam Frosh e Pinchevski (2009), a noção de testemunho, aqui pensada no universo midiático, passou por uma ampliação conceitual em virtude de inúmeros fatores que vão desde novos aparatos tecnológicos até processos de representação traumáticos.

Os autores alargam o conceito ao denominarem de testemunho midiático aquilo que se refere “simultaneamente ao aparecimento de testemunhas em reportagens da mídia, a possibilidade de mídia testemunhando, e o posicionamento do público da mídia como testemunhas de eventos representados”¹ (Frosh; Pinchevski, 2009, p. 1, tradução própria). Eles argumentam que dois grandes acontecimentos acionam a reflexão sobre o testemunho: o *Shoah* e os ataques ao World Trade Center, nos EUA, em 2001. Se o primeiro, em geral, é pensado a partir da impossibilidade ou limitação do testemunho — posto que aqueles que poderiam falar sobre o acontecimento traumático não voltaram (e os que voltaram estavam limitados por causa da situação de trauma) —, o segundo “é o evento que não pode deixar de produzir testemunhas”² (Frosh; Pinchevski, 2009, p. 8, tradução própria).

Esse tempo do ataque — um curto período de minutos — foi incessantemente divulgado, ocasionando uma temporalidade histórica ampliada. Frosh e Pinchevski (2009, p. 8, tradução própria) afirmam que esses “parâmetros de espaço-tempo foram

1 No original: “appearance of witnesses in media reports, the possibility of media themselves bearing witness, and the positioning of media audiences as witnesses to depicted events”.

2 No original: “is the event that cannot not produce witnesses”.

totalmente transformados, distendidos através do espaço para o onipresente ponto de vista, estendido no tempo para além da cronologia transitória de notícias³. Não que antes outros eventos não tenham conseguido grande reverberação, como o tsunami asiático de 2004 ou as bombas lançadas em Londres, em 2005. Entretanto, segundo os autores, o 11 de setembro foi planejado para acontecer nos EUA, o país com maior divulgação no mundo, com forte aparato tecnológico, o que levou à reverberação das imagens globalmente de maneira ágil e intensa. Isso faz com que o público seja “o último destinatário e produtor primário, tornando o coletivo ao mesmo tempo sujeito e objeto de testemunho cotidiano, testemunhando sua própria realidade histórica à medida que se desenrola”⁴ (Frosh; Pinchevski, 2009, p. 12, tradução própria).

Nessa perspectiva, o testemunho sobre os fatos e fenômenos deixa de ser prerrogativa do jornalista, visto que ocorre o que Paul Frosh vai chamar de “texto testemunhal”, que é “o que cria presença em um evento, que produz experiência a partir do discurso”⁵ (2009, p. 60, tradução própria). O relato não se apoia exclusivamente nas observações do profissional de comunicação, mas tem como base também os testemunhos de outros que puderam presenciar a ocorrência, assim como o próprio público,

que acaba experienciando o acontecimento por meio da leitura do texto tornado público. Paul Frosh (2009) aponta três características centrais nesse processo de ampliação do testemunho: o caráter interativo do “texto”, em que o público é acionado a ingressar no universo narrado; a “ecologia ideativa e interpessoal”, que garante algum tipo de reconhecimento e capacidade de verificação sobre aquilo que está sendo testemunhado; e, ainda, o aspecto pessoal e impessoal do texto, dado que os depoimentos dos testemunhos (desde as fontes até os próprios repórteres) não aparecem de maneira isolada nas narrativas jornalísticas, que abrangem também as organizações burocráticas que financiam as produções.

As narrativas proporcionam, portanto, acesso ao conhecimento disposto na realidade de maneira acional, pois “ao construir as suas histórias, seja de qual qualidade for, uma pessoa exercita então sua capacidade de agir no mundo. Afinal, as histórias que ela constrói [...] ofertam sentido a pessoas, acontecimentos, afetos e situações” (Leal, 2022, p. 21). Mais que uma modalidade textual, as configurações narrativas articulam espaço, tempo e sujeitos a partir dos processos de sociabilidade e interações proporcionadas pelas instâncias midiáticas na atualidade.

Como aponta Elton Antunes (2014), as notícias existem no contemporâneo, entretanto “elas não são temporalmente constituídas da mesma maneira. Os fatos, amálgamas de coisas, textos, pessoas, eventos, têm temporalidades diversas, que são equalizadas no jornalismo” (Antunes, 2014, p. 159). O autor ainda argumenta que as notícias não estão fora do regime de historicidades e que acabam propiciando relações

3 No original: “*These space-time parameters have been utterly transformed, distended across space to the ubiquitous point of viewing, extended in time beyond the transitory chronology of News*”.

4 No original: “*as the ultimate addressee and primary producer, making the collective both the subject and object of everyday witnessing, testifying to its own historical reality as it unfolds*”.

5 No original: “*which creates presence at the event, which produces experience out of discourse*”.

entre fatos e fenômenos. A temporalidade, então, “seria uma das maneiras de pensar tais vínculos” (Antunes, 2014, p. 160). Mesmo que o presente seja o tempo da informação, ele acaba imbricado pela possibilidade de problematização do passado e do próprio futuro.

É possível, portanto, compreender o jornalismo não somente pela clássica rotulagem do tempo presente, mas a partir de sua relação com o tempo social e, justamente por isso, pelo argumento de que toda obra narrativa expõe um universo temporal: “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricoeur, 2010, p. 9).

A definição de que “narrar é estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de comunicar-se com o outro” (Leal, 2013, p. 28) contribui para o entendimento do teor testemunhal do jornalismo, que busca estabelecer conexões por meio de suas narrativas, visto que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (Sarlo, 2007, p.24). Notadamente, o circuito comunicacional é garantido pelos sujeitos em relação, visto que “o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito” (Sarlo, 2007, p. 39).

Como o testemunho dá sentido à temporalidade, acionando memórias a partir do tempo presente, pode abranger temporalidades diversas. Esse tempo de elaboração do testemunho, portanto, está imbricado

nesse movimento acional que solicita texto e contexto como inscrição histórica da vida em contínua inter-relação com a necessidade de uma política de memória coletiva. O jornalismo é uma das instâncias dessa dinâmica. Luiza Villaméa, por exemplo, foi a primeira jornalista a publicar uma matéria, na revista *Brasileiros*, em 2010, sobre a Torre. Até então, somente outros espaços prisionais e de tortura eram conhecidos no estado de São Paulo. Após a reportagem, ela ficou intrigada com esse desconhecimento e resolveu iniciar uma pesquisa que demandou 10 anos de trabalho profícuo, já que não havia nada sistematizado sobre esse lugar.

Nessa dinâmica interacional, as narrativas jornalísticas oferecem histórias que podem recompor o passado, descortinar o presente e abrir fendas para o futuro. No caso específico da produção de livros-reportagem, pode-se ter uma liberdade temática, na medida em que um acontecimento específico, por exemplo, que norteia a estrutura textual, poderá ser apresentado a partir de um contexto mais amplo e de maneira mais contundente, até mesmo posicionada, além da transparência que poderá ser dada aos fatos e fenômenos relatados e/ou analisados.

A autonomia dos jornalistas nas redações convencionais enfrenta inúmeras resistências, que passam pela linha política do veículo, pela interdição de determinadas chefias e, ainda, pela falta de estrutura para o processo de captação das informações. Muitos jornalistas recorrem, então, ao livro como um suporte capaz de traduzir, de maneira verticalizada, acontecimentos e fenômenos presentes na sociedade. Como afirmam Maia e Fernandes (2023, p. 121), ao pesquisarem livros relacionados ao período

ditatorial no Brasil, “os livros jornalísticos utilizam táticas memorialísticas como trincheira para salvaguardar o jornalismo e o passado construídos socialmente”.

Se a produção de livros-reportagem, enquanto suporte midiático, sempre existiu, o que verificamos na atualidade é a ampliação dessa possibilidade, visto o declínio de inúmeras redações convencionais em todo o país. Portanto, muitos jornalistas têm produzido livros sobre a onda de violência e os discursos (e ações) de ódio que emergem na sociedade, em que vários grupos e movimentos, assumidamente de direita, passaram a assumir abertamente pautas preconceituosas, negacionistas e discriminatórias. Como argumenta o jornalista Mário Magalhães, em entrevista sobre o livro *Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018*, “o livro tem lado, não fica em cima do muro. É partidário, pois toma o partido da civilização contra a barbárie” (Moraes, 2019).

A Coleção *Arquivos da repressão no Brasil* (Companhia das Letras) exemplifica bem esse aspecto, com seis livros publicados por jornalistas, que trazem questões candentes sobre o período ditatorial no Brasil. Escolhemos um desses livros para análise particularizada neste trabalho, por entendermos que a questão de gênero, em um país tradicionalmente machista e misógino, deve ser motivo de estudos, pesquisas e políticas públicas tão necessárias para reduzir os problemas nesse campo. Nesse sentido, antes da análise específica, consideramos adequada a discussão sobre esse tipo de acontecimento, sobre os corpos e sobre a subjetividade abarcada nesse processo.

ACONTECIMENTO, CORPO E SUBJETIVIDADE

Consideramos que o acontecimento se desdobra em múltiplas camadas, entrelaçadas por temporalidades, especialmente quando se analisa um período prolongado, iniciado com a ruptura da ordem democrática de um país por meio de um golpe, o qual altera profundamente os procedimentos, as práticas sociais e as perspectivas políticas. Esse evento histórico, à primeira vista, pode ser interpretado como pontual, caso se adote uma visão descontextualizada. No entanto, ao observarmos seu impacto, vemos que ele desencadeia uma série de consequências cujos efeitos se espalham e se manifestam de maneira distinta ao longo do tempo, afetando diversos setores, instituições e sujeitos em diferentes regiões do território nacional. Sob essa perspectiva, o acontecimento transcende o entendimento limitado de uma ruptura restrita ao passado e aos fatos de ordem material. Ele se configura como uma categoria conceitual dinâmica e subjetiva, capaz de atravessar o tempo, inserindo-se na esfera de seus efeitos estruturais, corporais e afetivos.

Na perspectiva de Deleuze (2020), o acontecimento pode ser caracterizado por sua dupla causalidade: a primeira refere-se ao aspecto físico, enquanto a segunda está alocada no incorpóreo, ou seja, àquilo que atravessa a materialidade dos corpos. Dessa forma, ao se pensar no corpo humano enquanto local físico da ação, ele é simultaneamente afetado por forças que vão além da mera violência física. A tortura, por exemplo, enquanto evento corpóreo, não se restringe à ação física de danos. De igual modo, a partir do corpo,

geram-se sentidos que se circunscrevem nas memórias e narrativas coletivas, o que transforma a experiência de violência em algo que transcende o indivíduo afetado: uma forma também de testemunho compartilhado, onde também jazem o próprio evento e suas múltiplas relações:

O evento tem uma natureza diferente das ações e paixões do corpo. Mas ele resulta delas, já que o sentido é o efeito das causas corpóreas e suas misturas. Está, portanto, sempre em perigo de ser capturado por sua causa. Ele escapa e afirma sua irreduzibilidade apenas na medida em que a relação causal abarca a heterogeneidade da causa e do efeito — a conexão das causas entre si e o vínculo dos efeitos entre si. Isso quer dizer que o sentido incorpóreo, como o resultado das ações e paixões do corpo, pode preservar sua diferença em relação à causa corpórea apenas na medida em que está ligado, na superfície, a uma quase-causa que é, ela mesma, incorpórea (Deleuze, 2020, p. 98).

Como discutem Ashuri e Pinchevski (2009), a concepção de testemunho como um campo gira em torno da ideia de que o testemunho está ligado e é reconfigurado pelo evento testemunhado. Em outros termos, diferentemente das abordagens em que o ato de testemunhar é visto como uma variável independente do evento, Ashuri e Pinchevski (2009) defendem uma perspectiva inversa, em que o testemunho e o evento estão interligados de forma multidirecional. Muito embora, para os autores, o testemunho não dependa apenas do evento. O sujeito que testemunha compartilha sua experiência com terceiros, e essa dinâmica é amplificada no contexto contemporâneo de midiaticização hiperdigitalizada, onde o

testemunho se expande e se fragmenta por diferentes plataformas e sujeitos, tornando-se um fenômeno coletivo e, muitas vezes, difuso. O impacto do evento sobre o testemunho torna-se, assim, ainda mais complexo, com o testemunho sendo transmitido e reinterpretado por diversas vozes, contextos e mídias — uma transformação contínua da experiência testemunhada.

É importante destacar que, em contextos de autoritarismo, em sua forma mais explícita, a liberdade dos corpos é restringida e seu direito é usurpado, impondo-lhes uma dominação que invade o físico, o mental e o intelectual, à guisa de transformar a relação do indivíduo com a existência em um campo de batalha de poder. Ao infligir dor, forçar o silêncio ou provocar gritos, o regime militar é um caso exemplar de como o corpo torna-se uma encarnação do poder absoluto, em que se verifica a materialidade repressiva em detrimento da capacidade de diálogo por outras vias. Nesse contexto, como observado por Foucault (1998), a administração do corpo estende-se aos discursos, à economia, às políticas estatais e passa a ser instrumento de controle social. Sob a mesma perspectiva, em relação à política do corpo, Miskolci (2012) destaca como a corporalidade, também enquanto uma construção cultural, tornou-se *locus* de vigilância, regulada por narrativas, práticas e discursos que, ao longo do tempo, garantem a implementação de estratégias de controle e exclusão.

De há muito, isso se manifesta de diversas formas, como nas práticas de esterilização forçada de mulheres indígenas e negras, ou na medicalização do corpo feminino, com o controle de sua sexualidade e fertilidade. De modo contínuo, ainda

nos dias de hoje, a repressão continua a se refletir nas políticas contra o aborto legal, na marginalização das mulheres trans e na violência obstétrica, em que corpos de mulheres são tratados como espaços de controle, negando-lhes autonomia sobre suas escolhas e experiências. Além disso, a opressão do corpo feminino estende-se a contextos geopolíticos, como na Palestina, onde meninas e mulheres palestinas enfrentam uma violação sistemática de seus direitos e corpos pelo Governo de Israel. Nesse contexto de violência e resistência, esses corpos são invadidos física, emocional e psicologicamente, sendo constantemente utilizados como instrumentos de controle e submissão. A opressão ao corpo das mulheres e crianças palestinas reflete uma dinâmica de dominação que perpassa a violência física direta e se estende ao campo da negação da humanidade e da autonomia, sobretudo ao perpetuar a luta pela sobrevivência, identidade e dignidade dessas mulheres, visto que elas representam o segundo maior grupo de vítimas do conflito, de acordo com o presidente da Federação Palestina, somando mais de 10 mil mortes na região (Câmara, 2024).

Durante a ditadura no Brasil, a violência sexual e de gênero foi uma prática sistemática empregada pelo Estado como instrumento de tortura e repressão. O relato de Izabel Dedavid Fávero, que iniciou sua militância em defesa da qualidade do ensino público em Caxias do Sul ainda como estudante, evidencia a brutalidade da violência política. Seu testemunho revela como as mulheres eram submetidas a torturas físicas, desumanizadas por meio do assédio moral e psicológico, sendo humilhadas e reduzidas a estereótipos como forma de intensificar seu sofrimento e silenciar

sua luta. A construção da figura da mulher como “vadia” ou “puta” fazia parte de uma estratégia para desqualificar sua atuação política e justificar as agressões sofridas. Além das agressões verbais e físicas, o relato aponta para o descaso absoluto com a vida e a dignidade da vítima, que, mesmo grávida, foi submetida a choques elétricos e outras formas de tortura, culminando na perda do feto. O sofrimento imposto a Izabel não foi um caso isolado, mas parte de um mecanismo institucionalizado que utilizava a violência de gênero como instrumento de dominação:

Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio [...] aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía [...] E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda (Brasil, 2014, p. 400).

A CNV identificou que a violência sexual contra mulheres durante a ditadura configurou crime contra a humanidade, sendo utilizada para destruir subjetividades e impor um regime de terror. A hierarquia de gênero era reforçada pela lógica militar, que via os corpos femininos como alvos de punição e coerção. Ao negar a humanidade das presas políticas e tratá-las como sujeitas indignas de respeito, os agentes do Estado buscavam, para além de silenciá-las, desarticular a resistência política como um todo. A humilhação e o desprezo manifestados pelos torturadores revelam o duplo peso da repressão sobre as mulheres: além da violência política, eram alvos de

uma violência misógina que intensificava a vulnerabilidade de seus corpos. Em depoimento à CNV, Maria Aparecida Costa relata torturas que sofreu na Oban, entre o fim de 1969 e janeiro de 1970:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. [...] Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. [...] você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo (Brasil, 2014, p. 404).

Dessa forma, os relatos das sobreviventes são fundamentais para reconstruir a memória histórica e denunciar a violência de Estado que marca esse período, visto que os sujeitos são afetados. Esse processo colonialista regulamenta a forma como os indivíduos vivem em sociedade e reforça a urgência de desafiar a ideia de um corpo somente como vítima, mas que seja visto também como agente de resistência e transformação contra as estruturas de poder que perpetuam tais desigualdades. Essa perspectiva revela que a interseção entre acontecimento, corpo e subjetividades aprimora a compreensão de como a comunicação ultrapassa os limites da linguagem verbal (Zumthor, 2018).

Butler (2017) enfatiza que todos os corpos são vulneráveis aos discursos e às práticas de opressão. Porém, somente alguns – e nisso incluem-se razões como raça, credo, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, classe econômica, nível educacional, dentre tantos outros marcadores sociais – sofrem diretamente as implicações políticas relacionadas à desigualdade. A vulnerabilidade, dita de outro modo, não apenas pode ser projetada, negada, explorada e manipulada, mas também está intrinsecamente conectada à produção e à naturalização de desigualdades sociais (Butler, 2017). Nesse contexto, a imposição do controle sobre o corpo se agrava no sistema econômico dominante do capitalismo, que mercantiliza o corpo humano, como articulado por Rubin (2017). Essa mercantilização gera um espectro de vulnerabilidades e construções de identidade (Butler, 2017), resultando em que estruturas legais, normas morais, censura e várias formas de violência sejam frequentemente aplicadas contra os corpos mais suscetíveis, reforçando a percepção do corpo como um bem econômico, conforme elucidado por Rubin (2017).

Paradoxalmente, essas transgressões muitas vezes são normalizadas e vistas como inerentes ao *milieu* sociocultural, em grande parte devido aos imperativos econômicos que pressionam os indivíduos a aderirem às normas corporais estabelecidas (Connell, 1995). Esse paradigma perpetua o estranhamento dos indivíduos em relação ao valor intrínseco e à autoconsciência de seus próprios corpos. O jornalismo, ao se inserir nessas discussões, revela um caráter multifacetado, alternando entre a consolidação de normas e a promoção de subversões. Se, por um lado, a mídia

pode reforçar as normas de controle sobre o corpo, por outro, ela também se configura como um espaço potencial de resistência e subversão, possibilitando a construção de narrativas que desafiam as estruturas de poder estabelecidas social e politicamente ao longo da história.

Em especial, as reportagens jornalísticas que relatam o corpo em períodos de autoritarismo, ao explorar a vida e a subjetividade dos indivíduos, não se limitariam a seguir metodologias tradicionais, mas, em grande medida, encontrariam novos horizontes para a prática jornalística, ao incorporar dimensões de reflexividade e questionamento das normas estabelecidas. É a partir desse corpo singular e, ao mesmo tempo, coletivo, que o jornalismo também se torna capaz de contextualizar resistências, lutas e silenciamentos que fazem parte da trajetória dos sujeitos históricos. Nesse sentido, o corpo torna-se uma interface importante na reconfiguração de narrativas, como forma e meio testemunhais, como revela o livro da jornalista.

Nesse contexto, o papel do jornalismo se torna premente, uma vez que as narrativas veiculadas pelos meios de comunicação influenciam a construção da percepção pública sobre os acontecimentos. Os meios podem atuar tanto como instrumento de legitimação da repressão, ocultando a violência e perpetuando o silenciamento, quanto como espaço de resistência, quando amplificam a voz dos mais marginalizados, como as mulheres e outros grupos perseguidos pelo regime. Sobretudo, ao se pensar no corpo das mulheres como territórios simbólicos e políticos, esse livro-reportagem torna-se particularmente significativo, pois consegue narrar a violência

contra os corpos femininos, assim como as resistências, inscrevendo-os de maneira indelével no tecido social, como indica a análise a seguir.

A TORRE: OPERADORES DE MEMÓRIA RESSIGNIFICAM O ESPAÇO

Conferindo à narrativa jornalística um lugar privilegiado para relatos que imputam ao jornalismo sua inscrição como agente de memória e, no caso deste trabalho, tendo como foco o suporte livro, consideramos que o protocolo metodológico proposto por Neiger, Zandberg e Meyers (2014) é o mais indicado para esta análise. Os autores, ao investigarem as histórias relacionadas ao Holocausto e às suas vítimas, utilizaram alguns “operadores de memória”, sem considerar a “memória” apenas como operador conceitual isolado, mas por meio de suas ramificações concretas, que se inscrevem em sujeitos, lugares, fenômenos e objetos. Assim, argumentam que as narrativas da memória coletiva não estão desvinculadas das temporalidades, uma vez que o presente fornece condições estruturais e culturais para a compreensão e redefinição do passado.

Eles argumentam que as reportagens associadas à memória coletiva acionam os chamados “portadores da memória”, que garantem a conversão de eventos do passado em questões atuais. Nessa pesquisa, eles identificaram quatro principais condutores: a) “Sujeitos” – pessoas ou grupos relacionados aos acontecimentos,

que servem para atestar certas ocorrências; b) “Lugares” – locais igualmente associados aos acontecimentos, onde os eventos ocorreram ou são lembrados; c) “Objetos” – meios materiais que confirmam ou simbolizam os acontecimentos; e d) “Fenômenos” – práticas e/ou atitudes comportamentais associadas ao ocorrido e que estão no centro dos acontecimentos.

No caso dos “sujeitos”, primeiro operador a ser observado, conseguimos ter acesso às histórias de 59 delas, em um total de 132 mulheres presas, como já informado na introdução deste artigo, já que algumas faleceram ou não foram encontradas, e outras não aceitaram ser entrevistadas. A jornalista coletou mais de 100 depoimentos; em alguns casos, conversou várias vezes com a mesma entrevistada, visto que o testemunho de situações de trauma muitas vezes envolve um processo de interação mais demorado. Ela consegue, assim, oferecer histórias outras que não as oficiais, possibilitando novas leituras do social.

Existem algumas obras sobre a atuação das mulheres durante a ditadura, mas nenhuma, até então, apresentou o cotidiano em um espaço prisional⁶ com tantos detalhes, com um grande número de histórias e de maneira contextual. Desde mulheres que tiveram funções hierárquicas fundamentais nas organizações de esquerda até outras que foram presas por causa do tipo de poder

6 O documentário *Torre das donzelas*, de 2018, traz algumas histórias a partir de diversos depoimentos, mas não consegue dar uma visão geral do lugar como o livro investigativo de Villaméa. Em 2022, também foi lançado o livro *Torre das guerreiras e outras memórias*, de Ana Maria Estevão, mas com uma abordagem memorialística.

vigente, mas que não tinham nenhuma atuação concreta contra o governo.

A sociabilidade registrada nos mostra que as mulheres que participaram das ações armadas ou foram dirigentes eram mais respeitadas do que outras com menor envolvimento na militância. Ficamos sabendo ainda que muitas nem estavam condenadas, o que indica o tipo de poder vigente à época: “‘você não existe’ era uma boa frase para sintetizar a situação daquelas mulheres diante da Justiça Militar. A maioria das presas encerradas na Torre ainda não tinha sido condenada. Algumas estavam mais para sequestradas do que para prisioneiras” (Villaméa, 2023, p. 75).

A prisão, assim, além de restringir a liberdade das mulheres, também imprimia nelas os vestígios de um sistema que buscava aniquilar sua subjetividade e dignidade. Seus corpos, marcados pela fome, pelo frio e pela tortura, tornavam-se testemunhos vivos da brutalidade do regime – espaços de disputa nos quais se inscrevia a misoginia estrutural da ditadura. Ademais, o esgotamento físico e emocional dessas mulheres não era apenas um efeito colateral, mas também uma estratégia deliberada do regime para desumanizá-las e apagá-las da história. Contudo, longe de serem vítimas passivas da repressão, seus corpos também carregavam a resistência. Como lembra Villaméa (2023), a Torre foi demolida, mas as lembranças permanecem, o que, de certo modo, desafia as narrativas oficiais que tentam silenciar a memória do autoritarismo.

As páginas estão repletas de testemunhos sobre o cotidiano de mulheres que buscaram meios de convivência comunitária,

envolvendo cursos de sociologia, filosofia, inglês, literatura, crochê, bordado, teatro, entre outros, a partir das habilidades de cada uma. Quem sabia algo ensinava à outra. Nesse movimento, a memória também se inscreve no ordinário: nas aulas improvisadas, nos fios entrelaçados, nos gestos de ensinar e aprender que produziam não apenas saberes, mas também vínculos de resistência. Esse tipo de interação chegou a resultar na produção de roupas de tricô e crochê que eram vendidas, de maneira clandestina, em uma lojinha na capital, com o objetivo de auxiliar parentes que cuidavam dos filhos dos pais presos, além de cobrir os custos de processos judiciais.

A preocupação com os filhos e filhas das prisioneiras se desdobra em inúmeros relatos contados no livro, visto que muitas delas foram arrancadas de sua condição de mãe. Um dos casos mais emblemáticos envolveu o dramaturgo francês Jean Genet, que esteve no Brasil em 1970, a convite da atriz e produtora Ruth Escobar. Ele, inclusive, disfarçado de “tio” estrangeiro, conseguiu visitar Nilda Maria na Torre — atriz presa justamente por interpretar o papel de uma guerrilheira na montagem *O Balcão*, peça de Genet. Ao saber da presença do dramaturgo em São Paulo, Maria do Carmo, esposa do governador Abreu Sodré, enviou um telegrama convidando-o para uma visita ao Palácio dos Bandeirantes, convite que o dramaturgo desconsiderou. Entretanto, Ruth Escobar mostrou-lhe que poderia buscar ajuda da primeira-dama para encontrar os netos desaparecidos de uma militante presa na Torre, Tercina de Oliveira. Apesar dos percalços — já que Genet não foi nada diplomático no encontro —, a primeira-dama

solicitou providências que resultaram no aparecimento das crianças.

O segundo operador de memória, o “lugar” propriamente dito, foi sendo modificado pelas mulheres que o adentraram. Como espaço improvisado, não possuía condições mínimas de higiene. Therezinha Zerbini não se fez de rogada ao ser presa naquele espaço. Tão logo chegou, exigiu a presença do diretor e foi direto ao assunto:

— Doutor Olyntho, o senhor viu que a pia fica ao lado da fossa? Isso é uma imundície.

— Sempre foi assim.

— Eu vou denunciar o senhor para a Saúde Pública, Doutor Olyntho.

— O que a senhora quer que eu faça, dona Therezinha?

— Uma cozinha naquele cômodo do canto. Aquilo é um barateiro. É só tirar as tralhas e reformar. O senhor entra com a mão de obra que eu dou o material (Villaméa, 2023, p. 58).

Ela, destemida e resoluta, dizia que não poderia ser ameaçada pelo famoso “teje preso”, porque já estava na prisão. O espaço, então, começou a ser remodelado pelas próprias prisioneiras, visto que a arquitetura era diferente da de uma prisão convencional. Havia somente uma única porta de entrada e imensos espaços vazios, o que possibilitou formas de estruturação por parte das presas, que, com o passar do tempo, conseguiram conquistar uma relativa confiança das carcereiras. As mulheres, então, limpavam o local da melhor maneira

possível, chegando até a criar um esconderijo para os livros proibidos pela ditadura. E não ficou só nisso. Algumas mulheres, como Dilma Rousseff, fizeram questão de se manter organizadas mesmo na prisão, ao criarem uma estrutura paralela dentro da Torre, conforme ela mesma testemunha à jornalista: “foi uma iniciativa política. E não era só avançar. Recuávamos quando necessário” (Villaméa, 2023, p. 65).

Vale ainda registrar que o presídio Tiradentes, que circundava a Torre, também abrigou companheiros de várias das mulheres presas, além de outros militantes. Assim, a comunicação acabava sendo um elemento importante nesse processo. Um deles, com nome de “Josefina”, era um intrincado esquema que interligava a Torre à ala masculina. Conseguiram, por meio de artimanhas, construir um pequeno buraco, pelo qual passava um canudo de papel bem enrolado. Até um abaixo-assinado, que passou pela “Josefina”, foi enviado, em 1970, ao XIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, em Salvador: “o documento denunciava as arbitrariedades do regime e as péssimas condições carcerárias. O processo de redação do documento envolveu debates por escrito, transmitidos de um lado para o outro” (Villaméa, 2023, p. 97). Para esconder o buraco da vistoria constante da polícia, uma massinha de pasta de dente com pó de café era apenas mais uma das muitas manchas na parede.

São muitos os “objetos” que, de alguma maneira, testemunham a experiência das mulheres encarceradas. Um dos mais emblemáticos, por possibilitar a realização de exercícios físicos em lugares confinados, foi um manual da Força Aérea Canadense. Não se sabe sua origem, mas o

surgimento do manual ajudou na disposição das mulheres, visto que algumas delas já demonstravam sinais de depressão pelo tempo de prisão. Historicamente, é evidente que o corpo tem sido submetido a múltiplas formas de controle com o objetivo de sua subjugação (Foucault, 1998; Louro, 1997; Rubin, 2017). As mulheres, ao buscarem novas maneiras de enfrentar esses mecanismos, tentavam romper com mais essa tentativa de controle sobre seus corpos.

O aparelho de rádio Transglobe, empréstimo do general Zerbini (marido de Therezinha, que foi cassado pela ditadura em 1964), era sempre ligado na Rádio Havana, onde se conseguia mais informações sobre o Brasil do que em outros veículos brasileiros. No livro, Luiza informa, por meio de entrevista com o jornalista Paulo Cannabrava, que trabalhava na emissora nessa época: “algumas notícias saíam dos cárceres e chegavam a nós por meio de grupos radicados na Argélia, na França e na Itália” (Villaméa, 2023, p. 62). O acesso às informações também ajudava a melhorar o moral das mulheres confinadas e com dificuldades de contato com a realidade social.

Os objetos, nesse caso em especial, adquirem um sentido simbólico de pertencimento justamente por estarem presentes em um momento tão difícil como esse. Entretanto, o governo ditatorial fez questão de desconsiderar a materialidade das lembranças das pessoas presas: “além das lembranças e lições de vida, deixaram uma quantidade absurda de objetos: livros, discos de vinil, utensílios de cozinha, roupas, linhas para bordado, material de artesanato e panos [...] Ninguém sabe que fim levaram esses pertences” (Villaméa, 2023, p. 225).

Os “fenômenos” desencadeados pela interação entre as mulheres na Torre evidenciam uma política de visibilidade necessária em tempos ditatoriais. Foram inúmeras as movimentações de solidariedade entre elas, desde a melhoria nas instalações até o compartilhamento de bens e ideias. O fato de cada uma colaborar com sua experiência e conhecimento ajudava na sobrevivência de maneira um pouco mais digna dentro daquele espaço limitado, além de fortalecer os vínculos.

Uma greve de fome, inclusive, foi realizada em 1972 por causa de um plano do governo de separar os presos políticos em vários presídios comuns em São Paulo. Infelizmente, não logrou êxito, mas serviu como alerta para as mulheres, visto que os militantes homens acabaram fechando um acordo com o diretor do Departamento dos Institutos Penais de São Paulo sem consultá-las. De acordo com Villaméa (2023, p. 198), “as meninas ficaram chocadas por terem sido excluídas da negociação”. Prova de que, mesmo na esfera da esquerda, o machismo, enquanto fenômeno social, é evidente.

Outro fenômeno encontra na memória seu mais forte aliado, como conta a pedagoga Walderês Nunes Fonseca, que, antes da Torre, havia passado pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e DOPS (Departamento de Ordem Política e Social): “não conhecia ninguém, mas tínhamos muito em comum. Algumas estavam lá há muito tempo. Contavam histórias que tinham acontecido naquele lugar” (Villaméa, 2023, p. 223). Isso indica que os testemunhos encarnados possibilitavam o processo de refiguração da memória por meio delas mesmas, em uma dinâmica

interativa que ampliava o espaço circunscrito da Torre, possibilitando agenciamentos de outras pessoas, seja por causa dos contatos viabilizados pelas visitas, seja pela liberdade que algumas delas adquiriam, sem abandonar as que ali permaneciam.

Esse movimento, em alguma medida, demonstra que a memória não se reduz a lembranças individuais, mas se constitui como trama compartilhada entre temporalidades, sujeitos, lugares, fenômenos e objetos. No caso das mulheres durante a ditadura, os testemunhos orais se entrelaçam aos espaços da prisão – como as celas, os corredores, os objetos improvisados do cotidiano – e às marcas inscritas nos corpos, configurando um tecido memorial que extrapola o presente da experiência para reinscrever o passado em novas narrativas. A memória, nesse sentido, não aparece como um elemento estático ou inócuo de temporalidades, mas relacional: nasce do encontro entre aquelas que viveram a violência, os lugares que a abrigaram e os objetos que se tornaram suporte de resistência, o que, ao longo dos últimos anos, produziu uma rede de significações que insiste em atravessar o tempo e o silêncio.

Pensando a partir da perspectiva da ditadura militar, cujos efeitos ainda incidem de forma contundente sobre a vida social, política e cultural do Brasil, esse período permanece como um acontecimento cujas forças históricas se condensam e reverberam marcas profundas em corpos, narrativas e memórias. Como aponta Villaméa (2023), até mesmo os corpos das crianças foram considerados subversivos pelo regime. As mulheres, por sua vez, eram tratadas com extremo desprezo, marcadas pela violência de um sistema profundamente misógino.

Nas fotografias do acervo da repressão, que registram a chegada da primeira presa política à Torre, Dulce Maia, é possível perceber como o corpo e a expressão das mulheres eram transformados pela prisão: “perdera o brilho nos olhos, a vivacidade da pele e tantos quilos que nem sabia quantos. Pele e osso, escolheu uma camisa de mangas compridas e uma calça de veludo para usar na viagem rumo à liberdade” (Villaméa, 2023, p. 85). O relato evidencia a deterioração física imposta pelo cárcere, bem como os impactos emocionais e simbólicos da violência sofrida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer
(*Suíte dos Pescadores* – Dorival
Caymmi, 1957).

Sempre que uma das presas era libertada, o corredor de saída era tomado pelas demais, que entoavam, de maneira intensa, a música *Suíte dos Pescadores*. Era uma forma de comemorar a liberdade, ainda que tardia, mas também uma manifestação de esperança diante das adversidades do momento. Esses corpos, reunidos em um espaço fechado, clamavam por liberdade, por democracia e por visibilidade pública para a privação de liberdade e os desaparecimentos até hoje não esclarecidos.

Como já apresentado no segundo tópico, o corpo tem o poder de encarnar certos acontecimentos e, assim, influenciar

a existência humana. Não se trata apenas de um suporte biológico. É, além de tudo, um espaço de inscrição das experiências, das memórias, dos atos testemunhais, das violências e das resistências que atravessam a história e a subjetividade das pessoas. No contexto da ditadura militar, os corpos das prisioneiras políticas se tornaram territórios de dor e opressão, marcados pelas torturas físicas e psicológicas impostas pelo regime. Ao mesmo tempo, esses corpos também foram veículos de persistência e memória. A dor que tentou apagar a identidade dessas mulheres, ao contrário, em muitos casos, reforçou na sociedade a necessidade de narrar e compartilhar suas experiências, além de construir um testemunho coletivo sobre os horrores da repressão.

No caso das mulheres encarceradas, o corpo foi alvo da violência estatal, mas também se ergueu como símbolo de resiliência, justiça e liberdade no Brasil. Transfigurou-se, assim, em um elemento central na relação entre história, política e subjetividade, tornando-se um arquivo vivo das marcas do passado e uma ferramenta de luta no presente. Um tempo-presente que não está isento das investidas de forças autoritárias, tirânicas e fascistas, que seguem fazendo do corpo – especialmente o das mulheres, incluindo mulheres trans e cis – um campo de batalha. O corpo ainda é alvo de exploração, violência e ódio, seja por meio da repressão estatal, do controle sobre direitos reprodutivos ou da negação de existências dissidentes. A narrativa jornalística das histórias dessas mulheres torturadas e perseguidas ressoa como um chamado à resistência contínua contra todas as formas de opressão.

Sabemos, como nos aponta François Dosse (2013, p. 206), que “existem múltiplas variações possíveis em torno de um mesmo acontecimento, desde que esse último não escape à narrativização”. Acompanhamos, portanto, histórias possibilitadas pelo testemunho de mulheres que passaram por situações de violência, pelo testemunho da jornalista que se viu enredada por uma espécie de quebra-cabeças que precisava ser montado, visto que, até então, muitas peças estavam soltas em documentos e nas lembranças de algumas, e ainda acompanhamos nossa leitura desse material, como público que, de alguma forma, também se transforma em testemunha desse livro-reportagem. Acompanhamos, via operadores de memória, que os sujeitos-corpos nos são apresentados como uma espécie de construção de sentidos de resistência em movimento. Cada gesto, cada marca física ou emocional, carrega em si a carga histórica e a intensidade das experiências vividas. O espaço geográfico, por mais circunscrito que tenha sido, também foi ressignificado pela atuação das mulheres ali presentes, que conseguiram produzir outros sentidos para objetos que, em outras situações, seriam desprezados. Em consonância com esses operadores, ocorre o fenômeno do pertencimento a uma luta mais ampla pela liberdade, pela democracia e pela justiça no Brasil.

Como lembra Villaméa (2023, p. 12), “a Torre foi demolida, mas perdura em lembranças, traumas e afetos”, à busca de elucidar como, embora o espaço físico da prisão tenha sido destruído, o que se mantém são as memórias e as marcas que o corpo carrega por meio do suporte livro, nesse caso específico. As experiências de violência, tortura e opressão não se limitam ao momento em que ocorreram, mas

se materializam nos corpos das mulheres, que continuam a se mover e a viver, carregando consigo os afetos, as dores e as resistências que, por mais que tentem apagar, continuam a ressurgir no presente. O movimento corporal, portanto, deixa de ser somente um ato físico. E o livro, como fonte testemunhal, acaba sendo uma tradução desses significados acumulados ao longo do tempo, uma forma de afirmação da identidade, da luta pela liberdade dos corpos e da vida política no Brasil, de forma contínua, justa, humana e equitativa.

Minibiografias

[MARTA REGINA MAIA]

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM/UFOP). Bolsista Sênior de Pós-Doutorado na ECA/USP. Líder do Grupo de Pesquisa JorNaL – Jornalismo, Narrativas e Linguagens. Diretora Editorial da SBPJor. E-mail: martamaia@ufop.edu.br

[CARLOS AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR]

Doutorando em Comunicação pelo PPGCOM-UFF e atualmente cursando MBA em Data Science e Analytics na USP. Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-UFOP (com mestrado sanduíche na Eslováquia - NSP). E-mail: augustojunior@id.uff.br

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALERTA contra impunidade ignorado há 10 anos. **Instituto Vladimir Herzog**, 2024. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/alerta-contrainpunidade-ignorado-ha-dez-anos/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ANTUNES, Elton. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. (org.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ASHURI, Tamar; PINCHEVSKI, Amit. Witnessing as a field. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 133-157.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. 2014. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BUTLER, Judith. Vulnerabilidad corporal, coalición y la política de la calle. **Nómadas**, Colômbia, n. 46, p. 13-29, abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105152132003.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

CRIANÇAS e mulheres são as maiores vítimas da guerra na Faixa de Gaza, ressaltam debatedores. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1056658-criancas-e-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-da-guerra-na-faixa-de-gaza-ressaltam-debatedores/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: 34, 2020.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: EdUnesp, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FROSH, Paul. Telling presences: witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 49-72.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: why media witnessing? Why now? In:

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-22.

LEAL, Bruno Souza. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos A. (org.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAIA, Marta Regina; FERNANDES, José Carlos. Memória e testemunho em livros jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 117-129, 2023. DOI: 10.5007/1984-6924.2023.e90088. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/90088>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MORAES, Madson de. História sem fim. **TRIP**, 2019. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/mario-magalhaes-fala-sobre-seu-novo-livro-sobre-lutas-e-lagrimas-uma-biografia-de-2018>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NEIGER, Motti; ZANDBERG, Eyal; MEYERS, Oren. Reversed memory: commemorating the past through coverage of the present. In: ZELIZER, B; TENENBOIM-WEINBLATT, K. (eds.). **Journalism and memory**. New York: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 113-127.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. v. 1.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: EdUnicamp, 2022.

CAYMMI, Dorival. Canção da Partida. In: CAYMMI, Dorival. **Caymmi e o Mar** [disco de vinil]. Rio de Janeiro: Odeon, 1957. 1 disco sonoro (33 1/3 rpm), estéreo, 12 pol.

VILLAMÉA, Luiza. **A Torre**: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu, 2018.